

RESENHA DE: GEBARA, IVONE. FILOSOFIA FEMINISTA: UMA BREVÍSSIMA INTRODUÇÃO. SÃO PAULO: EDIÇÕES TERCEIRA VIA, 2017. 91P. ISBN 9788593349041. PREÇO: 40,00

*Thaís Chianca Bessa Ribeiro do Valle**

A autora da obra, Ivone Gebara, é uma religiosa católica da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho, doutora em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, e em Ciências Religiosas pela Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica. Foi professora de filosofia e teologia no Instituto de Teologia do Recife, ITER, e é integrante da Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo. Entre 1995 e 1996, viveu em Bruxelas, por determinação do Vaticano, que lhe impôs dois anos de silêncio e seu traslado para a Europa, época em que obteve também o segundo doutorado, em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. Entre diversas obras, escreveu “As incômodas filhas de Eva na Igreja da América Latina”, “Rompendo o silêncio: Uma fenomenologia feminista do Mal”, e “Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos: Antologia de Textos”.

A filosofia feminista, a qual concede título à obra, originou-se do feminismo, um movimento histórico, cultural e social composto por mulheres que buscam a emancipação de si mesmas através da ruptura de conceitos tradicionalmente

* Mestranda em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Orientador: Prof. Dr. Luiz Alencar Libório, do PPG-CR UNICAP. A presente resenha é fruto da disciplina “Elaboração de Textos Científicos”, ministrada pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7822186880352675>. E-mail: thaischianca@gmail.com.

impostos, e de uma nova construção de sentidos capaz de se contrapor à forma tradicional masculina de formação do pensamento.

Os estudos feministas denunciam os processos de socialização e de construção de sentidos e pensamentos como processos marcados por comportamentos sociais e culturais de naturalização de identidades que se dá a partir de papéis sociais pré-estabelecidos, notadamente no que diz respeito à função subordinada das mulheres com relação aos homens, nas sociedades.

Para Ivone Gebara, essas identidades e papéis pré-estabelecidos na sociedade acarretam diretamente na consideração das mulheres como seres inferiores: “Durante muito tempo, ‘nascer mulher’ foi considerado como uma posição de inferioridade no mundo, uma desvantagem imposta pelo destino” (p.9). A autora procura, então, demonstrar as características fundamentais do pensamento feminista enquanto fator de quebra da hegemonia do pensamento masculino, refletindo a filosofia feminista contemporânea com o objetivo de fazer as mulheres pensarem a partir de si mesmas, ou de uma sociedade mais justa e igualitária, operando uma desconstrução do caráter imutável da ordem natural, a qual considera uma visão mantida por poderes sociais, políticos e culturais.

No primeiro capítulo, intitulado “Razões para fazer uma filosofia feminista em um mundo de filosofias e tecnologias masculinas”, a autora expõe a afirmação das coisas como verdades absolutas como capaz de criar um estado de segurança para os indivíduos, mas que é preciso desenvolver novas formas de pensar e agir, menos excludentes: “A filosofia feminista não nega essa necessidade humana, mas afirma a urgência do desenvolvimento de outras formas de pensar e agir menos excludentes e idealistas, que permitam que se desenvolva uma solidariedade maior entre nós” (p.16). Desenvolver novas formas de pensar, mais inclusivas e flexíveis, torna-se, então, uma necessidade para substituir antigos conceitos dogmáticos e fundamentalistas.

Sob esta ótica, a ideia de que a maioria das mulheres deve viver em um ambiente doméstico, cuidar da prole e da família, que continua em voga apesar dos avanços sociais e das conquistas políticas, científicas e culturais até então alcançadas, bem



como a consideração das mulheres como “sexo belo” - a beleza, neste sentido, oferecida aos outros e em função de outros – concede a todas as mulheres um lugar de admiração e de serviço ao masculino, ao marido, ao casamento e à família, à religião ou à vida religiosa.

Para nortear a busca por um novo sentido, a autora utiliza-se de quatro fundamentos: o fato de sermos seres vivos, ou seja, de estarmos vivos e buscarmos, todos, preservar a (qualidade de) vida; o fato de sermos seres misturados, distantes de “um dualismo” que estabelece o bem e o mal através de uma realidade perfeita; o fato de sermos seres em manutenção, sujeitos de uma pluralidade de identidades em constante mutação e que nos faz fugir de modelos fixos; e o fato de sermos seres mortais que buscam manterem-se vivos através da “Lei do mais forte” que não deve prevalecer.

Refletindo sobre a necessidade do desenvolvimento de uma filosofia feminista, a autora explica sobre a subordinação que se impõe à mulher em relação ao homem, e como essa subordinação torna-se elemento essencial impeditivo da formação da dignidade feminina: “Nossa dignidade de mulheres aparecia subordinada à masculinidade. Os nossos senhores sempre foram defensores de uma pretendida honra. Nós tínhamos que ser virgens para não desonrá-los; tínhamos que negar o prazer dos nossos corpos para sermos dignas da maternidade; tínhamos que ser puras para eles e para o seu Deus patriarcal” (p.34).

No segundo capítulo, intitulado “A filosofia como amizade feminina pela sabedoria e o feminino contra o discurso logocêntrico e falocêntrico”, a autora trata do domínio dos corpos através da razão masculina, característica das sociedades patriarcais, as quais se voltam em torno do permissivo da razão e do pênis, bem como ao poder e o privilégio de pensar as relações humanas através de uma forma idealista masculinizada.

Observa a autora que o discurso das mulheres a partir de si mesmas começa a partir da constatação histórica e contextual das diferentes formas de exclusão de direitos, iniciando-se através de sofrimentos reais. Para tanto, se faz necessário conhecer o próprio corpo, individual e coletivo, devidamente situado e contextualizado, e afastar-



se de conceitos de natureza e religião sem justificativas convincentes, que concebem as mulheres como modelos distantes das mulheres reais: “Na metafísica ocidental, a mulher se tornou mera aparência de uma realidade abstrata preexistente, distante das mulheres reais em seu cotidiano. E essa realidade construída é retomada hoje pelo mundo capitalista que de ilusão em ilusão quer modificar os corpos femininos através de projetos de beleza propostos pelas indústrias de modelagem dos corpos” (p.54).

No terceiro capítulo, intitulado “As mediações feministas na filosofia”, a autora vem a demonstrar como, através do feminismo, a justiça deixa de ser um ideal para a sociedade formulada pelos homens, e passa a alcançar as necessidades das mulheres, consideradas sujeitos históricos de grupos marginalizados.

Nesse capítulo, a autora pondera que as mulheres não estão isentas de produzir dogmatismos, de repetir comportamentos intransigentes dos quais foram vítimas, ou de querer impor a própria opinião em relação às demais, de forma a classificar comportamentos, identidades e diferenças de gênero, e reduzir reivindicações concretas a meros conflitos teóricos. Na sequência, passa a citar mediações capazes de auxiliar na compreensão de razões explicativas dos tipos de opressão vividos, as quais colocam lado a lado, mulheres em situações semelhantes.

Uma dessas mediações é o “patriarcalismo”, que, como princípio da vida social e familiar, torna-se capaz de estabelecer uma organização hierárquica na qual as mulheres têm lugar pré-estabelecido e de submissão ao homem. Outra mediação é o “gênero”, que, estabelece papéis de divisão social do trabalho bem definidos e diversos entre homens e mulheres, torna o corpo um instrumento de subordinação de pessoas. Por fim, tem-se como mediação a “consciência da interconexão das opressões”, uma vez que a consciência das mulheres se torna algo de grande relevância filosófica, na medida em que essas deixam de ser subalternas e passam a ser pessoas dotadas de direitos, alterando, assim, a configuração das relações humanas, a partir das relações de gênero.

Deste modo, a mulher passa a não se reconhecer mais somente como instrumento de prazer, e a se posicionar de forma contrária aos fundamentalismos políticos e religiosos, os quais buscam reafirmar a subordinação das mulheres como exigência



de uma ordem social, ou divina, e se mantêm distantes do diálogo e da dignidade humana.

No quarto, e último, capítulo, intitulado “O humano, a diferença, a igualdade, a universalidade”, a autora pondera sobre a universalidade ética, a qual considera fundar-se no respeito mútuo e no reconhecimento do outro como, ao mesmo tempo, semelhante e diferente, em um processo de construção contínua.

Os conceitos de diferença, igualdade e universalidade se entrelaçam e convergem em prol da convivência humana, e neste sentido, o “ser-humano”, lido através de um modelo de ações e simbologias masculinas até o ponto em que o humano se tornou aquilo que se opunha ao feminino, faz com que as próprias mulheres se desvalorizem pelo que são, tornando necessário que haja uma afirmação do humano para além de características políticas, culturais e sociais.

Uma vez que o “ser-humano” não pode viver sozinho, pois precisa de uma coletividade mínima, e que a unidade do humano se afirma através das diferenças, tais diferenças configuram-se como parte integrantes da coletividade: “O diverso nos possibilita apreender a exuberância das formas da vida e apreender-nos igualmente como um rosto com muitos rostos, uma vida com muitas vidas, num processo que vai desde o nosso nascimento até a nossa morte” (p. 78). Para a autora, portanto, é preciso o reconhecimento das diferenças, para que possa haver unidade.

Ainda, as desigualdades - social, política, cultural, de gênero - e as hierarquias excludentes como um todo, fazem com que a humanidade se encontre em permanente regime de exceção. É a partir dos corpos violados por diversas formas de carência e violência que se luta pela afirmação dos valores éticos e estéticos, capazes de desafiar a ordem e recriar relações para além dos modelos estabelecidos e dos discursos dogmáticos.

Assim, a autora trata a filosofia feminista como um instrumento de abertura para um mundo de igualdade, justiça e respeito às diferenças, tornando-a, assim, precursora de uma nova prática universal, em uma sociedade plural e complexa, a qual exige uma compreensão do presente capaz de se distanciar de uma racionalidade que



busca impor uma única forma de pensamento correta. Exige-se, deste modo, uma reforma no pensamento social, conectado às mudanças nas relações humanas.

Em síntese, trata-se de um estudo que propicia o entendimento da filosofia feminista como auxílio à superação de padrões, mediante a construção de uma consciência aberta. Conduz os leitores a refletirem sobre as práticas cotidianas no âmbito social, e auxilia as mulheres a pensarem em seus próprios espaços de combate ao ocultamento e à violência.

